



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Técnico Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'K11', Tipo 005

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**P R O V A**

**Conhecimentos Gerais**  
**Conhecimentos Específicos**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto abaixo.

*Pelo mundo afora, os jornais sentem a agulhada de uma conjunção de fatores especialmente desfavoráveis: a recessão mundial, que reduz os gastos com publicidade, e o avanço da internet, que suga anúncios, sobretudo os pequenos e rentáveis classificados, e também serve como fonte – em geral gratuita – de informações. Na Inglaterra, para sobreviver, os jornais querem leis menos severas para fusão e aquisição de empresas. Na França, o governo duplicou a verba de publicidade e dá isenção tributária a investimentos dos jornais na internet.*

*Mas em nenhum outro lugar a tormenta é tão assustadora quanto nos Estados Unidos. A recessão atropelou os dois maiores anunciantes – o mercado imobiliário e a indústria automobilística – e a evolução da tecnologia, com seu impacto sísmico na disseminação da informação, se dá numa velocidade alucinante no país. O binômio recessão-internet está produzindo uma devastação. Vários jornais, mesmo bastante antigos e tradicionais, fecharam suas portas.*

*O fechamento de um jornal é o fim de um negócio como outro qualquer. Mas, quando o jornal é o símbolo e um dos últimos redutos do jornalismo, como é o caso do **New York Times**, morrem mais coisas com ele. Morrem uma cultura e uma visão generosa do mundo. Morre um estilo de vida romântico, aventureiro, despojado e corajoso que, como em nenhum outro ramo de negócios, une funcionários, consumidores e acionistas em um objetivo comum e maior do que interesses particulares de cada um deles.*

*Desde que os romanos passaram a pregar em locais públicos sua **Acta Diurna**, o manuscrito em que informavam sobre disputas de gladiadores, nascimentos ou execuções, os jornais começaram a entrar na veia das sociedades civilizadas. Mas, para chegar ao auge, a humanidade precisou fazer uma descoberta até hoje insubstituível (o papel), duas invenções geniais (a escrita e a impressão) e uma vasta mudança social (a alfabetização). Por isso, um jornal, ainda que seja um negócio, não é como vender colírio ou fabricar escadas rolantes.*

(André Petry. Revista **Veja**, 29 de abril de 2009, pp. 90-93, com adaptações)

1. Conclui-se corretamente do texto que seu autor
- (A) aponta a evidente supremacia dos meios eletrônicos na divulgação mundial do conhecimento, possível pelo extraordinário avanço da tecnologia.
  - (B) destaca a importância de um jornal na vida moderna, mesmo com a concorrência da internet, cujos avanços disseminam informação em todo o mundo.
  - (C) avalia a extensão dos danos econômicos trazidos aos governos de alguns países que se dispuseram a manter sua impressão e a venda de seus exemplares.
  - (D) defende a importância dos avanços da tecnologia em substituição aos processos de impressão de jornais, pouco rentáveis no mundo moderno.
  - (E) critica a desmerecida importância que se atribui à publicidade nos jornais, quando eles deveriam ser, prioritariamente, veículos de discussão de fatos e de ideias.

2. Infere-se do texto que
- I. a crise mundial pode ter sido benéfica ao setor jornalístico em vários países, por serem eles veículos de divulgação das informações necessárias ao público.
  - II. jornais devem ser vistos acima de simples negócios, embora sejam empresas que devem ser bem administradas.
  - III. jornais são veículos de informação importantes na sociedade atual como formadores de opinião de um imenso público, pois exibem um modo de ver e de mostrar os fatos.
- Está correto o que consta em
- (A) II e III, apenas.
  - (B) I, II e III.
  - (C) I, apenas.
  - (D) III, apenas.
  - (E) I e II, apenas.

3. O desenvolvimento do texto permite perceber claramente que
- (A) as medidas governamentais de intervenção em jornais de todo o mundo têm se mostrado a única forma de solucionar problemas decorrentes da crise financeira.
  - (B) a rapidez na veiculação de informações na sociedade moderna tende a superar os entraves de ordem econômica à circulação de jornais impressos em todo o mundo.
  - (C) o conhecimento divulgado pela internet é, evidentemente, bem superior ao dos jornais que enfrentam dificuldades econômicas atualmente.
  - (D) a publicidade é elemento primordial no faturamento de um grupo jornalístico, necessário para manter sua saúde financeira.
  - (E) os jornais são veículos de informação já ultrapassados, que seguramente logo estarão extintos, ainda que estejam conseguindo sobrepor-se aos avanços da internet.



4. Na França, o governo duplicou a verba de publicidade ... (1º parágrafo)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que está grifado acima se encontra em:

- (A) ... quando o jornal é o símbolo e um dos últimos redutos do jornalismo ...
- (B) Mas, para chegar ao auge ...
- (C) ... e também serve como fonte – em geral gratuita – de informações.
- (D) Mas em nenhum outro lugar a tormenta é tão assustadora quanto nos Estados Unidos.
- (E) Vários jornais, mesmo bastante antigos e tradicionais, fecharam suas portas.

5. Os segmentos isolados por parênteses no último parágrafo do texto constituem

- (A) repetição, sem necessidade, da ideia que acaba de ser exposta.
- (B) citação fiel de informações constantes de outros autores.
- (C) enumeração que especifica as afirmativas que os precedem.
- (D) ressalva importante, que esclarece a opinião defendida pelo autor.
- (E) conclusão necessária à coerência do que vem sendo exposto.

6. O binômio recessão-internet está produzindo uma devastação. (2º parágrafo)

O sentido contido na expressão grifada acima se encontra também em:

- (A) velocidade alucinante.
- (B) uma descoberta até hoje insubstituível.
- (C) recessão mundial.
- (D) evolução da tecnologia.
- (E) impacto sísmico.

7. O fechamento de um jornal é o fim de um negócio como outro qualquer. Mas, quando o jornal é o símbolo e um dos últimos redutos do jornalismo, como é o caso do **New York Times**, morrem mais coisas com ele.

Em relação às afirmativas acima, que dão início ao 3º parágrafo, é correto afirmar que:

- (A) Na segunda frase o autor defende a opinião de que um jornal deve transformar-se em um dos últimos redutos do jornalismo, ao estabelecer o monopólio da informação.
- (B) A segunda frase exemplifica, com a deplorável situação econômica do **New York Times**, a falência geral dos órgãos de imprensa perante os avanços da internet.
- (C) A frase *morrem mais coisas com ele*, que finaliza o trecho transcrito, refere-se diretamente ao fato de que o jornal é um negócio como outro qualquer.
- (D) A segunda frase traz uma ressalva a respeito do que foi dito na primeira, contestando, de certa forma, a expressão *um negócio como outro qualquer*.
- (E) A primeira frase enfatiza o sentido de que o jornal é um dos últimos redutos das sociedades civilizadas, por ser veículo de comunicação de fatos e de ideais.

8. ... o manuscrito em que informavam sobre disputas de gladiadores ... (último parágrafo)

A expressão pronominal grifada acima preenche corretamente a lacuna da frase:

- (A) Seria necessário considerar os avanços da tecnologia ..... os tradicionais jornais se adaptem às necessidades de um mundo moderno.
- (B) O grupo controlador de um jornal é sempre aquele ..... se exige especialmente compromisso com a ética e a verdade.
- (C) As manchetes, ..... atraem leitores, nem sempre apontam para fatos verdadeiramente relevantes para a maioria.
- (D) O editorial trata de questões ..... são expostas as linhas de pensamento e a posição crítica do corpo diretivo de um jornal.
- (E) Em pequenas cidades, um jornal é o veículo ..... contam os moradores para obter informações locais.

**Atenção:** As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto abaixo.

*Desastres naturais não provocam apenas mortes e prejuízos. Deixam a sociedade mais suscetível a discursos apocalípticos. Depois da virada (e do bug) do milênio, o fantasma da vez são as supostas profecias maias de que o mundo vai acabar em 2012. Para quem acredita nelas, as catástrofes deste semestre seriam apenas o começo do fim. Pouco importa que, segundo cientistas, a Terra registre 50 mil tremores todos os anos e esse número não esteja aumentando.*

*Para o físico e astrônomo da Universidade Estadual Paulista (Unesp) Othon Winter, paradoxalmente a sociedade da informação reage aos desastres naturais de forma muito semelhante à dos povos da antiguidade. "Os fenômenos eram mais locais. Uma cheia do rio Nilo poderia ser indício de que os deuses estavam zangados com os homens. Na antiguidade, o acesso ao conhecimento era mínimo e as pessoas com um pouco mais de informação conduziam outras. O medo decorria da falta de informação. Hoje, todo mundo tem informação demais e, por isso, teme", acredita.*

*A psicóloga Eda Tassara, do Laboratório de Psicologia Ambiental da Universidade de São Paulo (USP), acha que o excesso de informação também contribui para a disseminação do pânico. "Não sei se há uma intensificação das chamadas catástrofes, mas sei que o acesso à informação sobre elas se intensificou muito."*

*Para ela, fenômenos como a erupção do vulcão islandês passaram a ser vistos como catástrofes por conta do atual estágio de organização da sociedade. "A dimensão da erupção foi amplificada pelos seus danos econômicos. Sob esse ponto de vista, pode ser considerada uma catástrofe, mas, na verdade, é um acidente de dimensões locais."*



Eventos como a passagem de cometas e a virada de milênios sempre provocaram tensão. Os temores de catástrofes cósmicas têm origem na crença de que eventos terrenos e celestes estariam fisicamente conectados. Em seu livro, o astrônomo lembra que a aparição de um cometa em 1664 foi interpretada como responsável pela peste bubônica que dizimou 20% da população europeia. Para Eda, até mesmo questões relevantes da atualidade, como a do aquecimento global, são contaminadas por um discurso apocalíptico que lembra o dos profetas religiosos. Ele traz consigo a culpa e a noção de castigo. Você tem culpa das mazelas do planeta porque come carne ou anda de avião. É como comer a maçã e ser expulso do Paraíso.

(Karina Ninni. **O Estado de S. Paulo**, *Especial*, H5, 30 de abril de 2010, com adaptações)

9. De acordo com o texto, é correto afirmar:

- (A) A noção de catástrofe muitas vezes se amplia em razão dos problemas econômicos decorrentes de um acontecimento natural, que teria dimensões apenas locais.
- (B) Fenômenos climáticos recentes parecem indicar uma catástrofe de consequências imprevisíveis, como faziam crer as profecias de alguns povos, apesar de sua pouca informação.
- (C) O temor generalizado sobre o fim do mundo, presente na sociedade moderna, diz respeito ao aumento dos sinais emitidos por uma natureza no limite de seus recursos.
- (D) Com o esgotamento dos recursos naturais, será impossível a manutenção da vida na Terra, tornando-se realidade as antigas profecias a respeito do fim do mundo.
- (E) A religiosidade de povos mais antigos obrigava-os a agir de acordo com a vontade das pessoas mais informadas, que induziam a população a temer os castigos impostos pelos deuses.

10. Os especialistas citados no texto

- (A) divergem em suas opiniões, pois apenas o astrônomo da Unesp reconhece a importância das informações transmitidas atualmente.
- (B) constatam, simplesmente, que a ocorrência de maior número de fenômenos climáticos confirma a crença generalizada na proximidade do fim do mundo.
- (C) discutem a ocorrência de certos fenômenos climáticos mesmo sem dispor de dados necessários para a correta avaliação de seu impacto no planeta.
- (D) tendem a apoiar as conclusões de outros cientistas sobre a iminente catástrofe mundial, a partir da gravidade dos fenômenos climáticos mais recentes.
- (E) defendem a mesma opinião, de que as reações de momento a catástrofes se destacam pelo exagero, por excesso de informação sobre elas.

11. ... que, segundo cientistas, a Terra registre 50 mil tremores todos os anos... (1º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está na frase:

- (A) ... que lembra o dos profetas religiosos.
- (B) ... porque come carne ...
- (C) ... e esse número não esteja aumentando.
- (D) ... o acesso ao conhecimento era mínimo ...
- (E) ... e, por isso, teme ...

12. A concordância verbal e nominal está inteiramente correta na frase:

- (A) Quando se discutem questões em que se misturam profecias e evidências científicas fica difícil o pensar com racionalidade.
- (B) Fenômenos naturais, muitas vezes de proporções locais, como a erupção de um vulcão, é visto como catástrofes que afetam toda a vida no planeta.
- (C) O impacto econômico causado pela ocorrência de fenômenos naturais estão atingindo os mais variados setores de produção em todo o mundo.
- (D) Quando se tratavam de questões relativas aos conhecimentos espirituais, era os profetas religiosos que traduziam os sinais contidos nos astros.
- (E) A ocorrência de eventos naturais, nem sempre explicável para os povos primitivos, deram origem às mais diversas teorias sobre o fim do mundo.

13. A referência aos *50 mil tremores* registrados anualmente, constante do 1º parágrafo,

- (A) desconsidera a importância dos sinais emitidos pela natureza de que as condições de vida no planeta já são insustentáveis.
- (B) estabelece uma crítica à posição de cientistas que usam fatos nem sempre confirmados para fundamentar suas teorias sobre o fim do mundo.
- (C) constitui um argumento que contesta a tendência atual a se considerar o possível fim do mundo a partir de eventos naturais.
- (D) introduz uma incoerência, pois se opõe ao que foi dito anteriormente a respeito do fim do mundo, com data prevista pelos maias.
- (E) vem confirmar as previsões, mesmo as mais antigas, como a dos maias, a respeito dos sinais de que o fim do mundo está se aproximando.

14. Em relação ao último parágrafo do texto, está INCORRETO o que se afirma em:

- (A) O emprego da forma verbal *estariam* indica uma hipótese.
- (B) No segmento *como a do aquecimento global* o pronome grifado evita a repetição de a questão relevante.
- (C) Percebe-se relação de causa e consequência embutida no *discurso apocalíptico* referido pela psicóloga.
- (D) A referência à *peste bubônica* comprova a opinião defendida no texto pelo astrônomo da Unesp e corroborada pela psicóloga.
- (E) A presença da expressão *até mesmo* introduz uma ressalva no contexto.



15. A erupção de um vulcão provocou perdas ..... economia europeia bem superiores ..... trazidas pelos atentados terroristas de 2001, fato que obrigou a ONU ..... criar um plano internacional de redução dos riscos de acidentes.

As lacunas da frase acima estarão corretamente preenchidas, respectivamente, por:

- (A) a - àquelas - à  
 (B) à - aquelas - a  
 (C) à - aquelas - à  
 (D) à - àquelas - a  
 (E) a - aquelas - a

### Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático

16. Dois números inteiros positivos  $x$  e  $y$  têm, cada um, 5 algarismos distintos entre si. Considerando que  $x$  e  $y$  não têm algarismos comuns e  $x > y$ , o menor valor que pode ser obtido para a diferença  $x - y$  é:

- (A) 246.  
 (B) 247.  
 (C) 249.  
 (D) 256.  
 (E) 257.

17. Às 8 horas e 45 minutos de certo dia foi aberta uma torneira, com a finalidade de encher de água um tanque vazio. Sabe-se que:

- o volume interno do tanque é  $2,5 \text{ m}^3$ ;
- a torneira despejou água no tanque a uma vazão constante de  $2 \ell / \text{min}$  e só foi fechada quando o tanque estava completamente cheio.

Nessas condições, a torneira foi fechada às

- (A) 21 horas e 35 minutos do mesmo dia.  
 (B) 19 horas e 50 minutos do mesmo dia.  
 (C) 5 horas e 35 minutos do dia seguinte.  
 (D) 4 horas e 50 minutos do dia seguinte.  
 (E) 2 horas e 45 minutos do dia seguinte.

18. Certo mês, três Técnicos Judiciários – Ivanildo, Lindolfo e Otimar – fizeram 10 viagens transportando equipamentos destinados a diferentes unidades do Tribunal Regional do Trabalho. Sabe-se que:

- os três fizeram quantidades diferentes de viagens e cada um deles fez pelo menos duas;
- Ivanildo fez o maior número de viagens e Lindolfo o menor.

Sobre o número de viagens que Otimar fez a serviço do Tribunal nesse mês,

- (A) excedeu em 2 unidades a quantidade de viagens feitas por Lindolfo.  
 (B) era igual a 30% da quantidade de viagens feitas por Ivanildo.  
 (C) nada se pode concluir.  
 (D) foram 4.  
 (E) foram 3.

19. Alaor, presidente de uma empresa, participou de uma reunião com outros três funcionários que ocupavam os seguintes cargos na empresa: vice-presidente, analista financeiro e diretor executivo. Sabe-se que: Alaor sentou-se à esquerda de Carmela; Bonifácio sentou-se à direita do vice-presidente; Dalton, que estava sentado em frente de Carmela, não era analista financeiro. Nessas condições, os cargos ocupados por Bonifácio, Carmela e Dalton são, respectivamente,

- (A) vice-presidente, diretor executivo e analista financeiro.  
 (B) vice-presidente, analista financeiro e diretor executivo.  
 (C) analista financeiro, diretor executivo e vice-presidente.  
 (D) analista financeiro, vice-presidente e diretor executivo.  
 (E) diretor executivo, analista financeiro e vice-presidente.

20. Para brincar com seus colegas de trabalho, Jonas expressou a razão entre o número de mulheres ( $m$ ) e o de homens ( $h$ ) que trabalhavam no mesmo setor que ele, da seguinte maneira:

$$\frac{m}{h} = \frac{0,0006 \cdot 10^5}{0,096 \cdot 10^3}$$

Se  $3m + 2h = 93$ , então de quantas unidades o número de homens excede o de mulheres?

- (A) Menos do que 10.  
 (B) Mais do que 12.  
 (C) 12.  
 (D) 11.  
 (E) 10.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Processual do Trabalho**

21. Joana e Gabriela, empregadas da empresa Z, ajuizaram reclamações trabalhistas distintas tendo em vista a demissão sem justa causa de ambas as empregadas. A petição inicial da reclamação trabalhista de Joana foi indeferida em razão da sua inépcia e a reclamação trabalhista de Gabriela foi arquivada em razão do seu não comparecimento à audiência. Ambas pretendem recorrer destas decisões. Nestes casos,
- (A) caberá recurso ordinário em ambas as reclamações.
- (B) caberá recurso ordinário somente na reclamação trabalhista de Joana.
- (C) não caberá recurso em ambas as reclamações.
- (D) caberá agravo de petição em ambas as reclamações.
- (E) caberá agravo de instrumento em ambas as reclamações.
- 
22. Mario ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa W. A reclamação foi julgada totalmente procedente e a empresa W ainda foi condenada nas penalidades inerentes à litigância de má-fé. Neste caso, com relação à condenação por litigância de má-fé, está presente especificamente o princípio da
- (A) Estabilidade da Lide.
- (B) Demanda ou Dispositivo.
- (C) Concentração.
- (D) Lealdade Processual.
- (E) Proteção.
- 
23. Marta, empregada da empresa X, ajuizou reclamação trabalhista tendo em vista a sua demissão sem justa causa. A mencionada demanda foi julgada totalmente improcedente em primeiro grau. Marta pretende ingressar com recurso ordinário. Considerando que Marta ocupava cargo de direção, bem como que o valor da causa fornecido na reclamação trabalhista foi de R\$ 100.000,00, para interpor tal recurso ela
- (A) está desobrigada a efetuar o pagamento das custas judiciais, tendo em vista que a reclamação trabalhista foi julgada totalmente improcedente.
- (B) está desobrigada a efetuar o pagamento das custas judiciais, tendo em vista que exercia na empresa cargo de direção.
- (C) terá que efetuar o recolhimento das custas judiciais no importe de R\$ 1.000,00.
- (D) terá que efetuar o recolhimento das custas judiciais no importe de R\$ 2.000,00.
- (E) terá que efetuar o recolhimento das custas judiciais no importe de R\$ 500,00.
- 
24. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, com relação às demandas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, é INCORRETO afirmar:
- (A) Deferida a prova técnica, incumbirá ao juiz, desde logo, fixar o prazo, o objeto da perícia e nomear perito, sendo que as partes serão intimadas a manifestar-se sobre o laudo, no prazo comum de cinco dias.
- (B) Em regra, as testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento, independentemente de intimação.
- (C) Os dissídios individuais, cujos valores não excedam a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- (D) Estão excluídas do procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional.
- (E) O recurso ordinário, uma vez recebido no Tribunal, deve ser liberado pelo relator no prazo máximo de quinze dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma deve colocá-lo imediatamente em pauta para julgamento, após apreciação do revisor.
- 
25. Considere as seguintes assertivas a respeito das provas:
- I. A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora do objeto da perícia.
- II. Se a testemunha for funcionário civil ou militar e tiver que depor em hora de serviço, será requisitado o seu comparecimento ao Governador do Estado ou ao Prefeito Municipal, conforme o caso concreto.
- III. A testemunha que for parente até o terceiro grau civil não prestará compromisso e seu depoimento valerá como simples informação.
- IV. O documento em cópia oferecido para prova deverá conter declaração de autenticidade do cartório responsável, vedada a declaração de autenticidade feita por advogado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e III.
- (D) I e II.
- (E) I, II e III.



26. Em uma execução de reclamação trabalhista, foi proferida decisão em agravo de petição por Turma de Tribunal Regional do Trabalho, que ofendeu direta e literalmente norma da Constituição Federal. Neste caso,
- (A) caberá recurso de revista.
- (B) caberá Embargos de divergência para o próprio Tribunal que proferiu a decisão.
- (C) caberá Embargos de divergência para o Tribunal Superior do Trabalho.
- (D) não caberá recurso por expressa disposição legal.
- (E) caberá agravo de instrumento.

27. Na reclamação trabalhista G, a empresa F saiu intimada da sentença de primeiro grau proferida em audiência realizada no dia 31 de Março. Considerando que o dia 31 caiu em uma quinta-feira, bem como que sexta-feira e os dias da semana seguinte foram dias úteis, o prazo para interposição de Recurso Ordinário termina no dia
- (A) 9 de Abril.
- (B) 12 de Abril.
- (C) 10 de Abril.
- (D) 7 de Abril.
- (E) 8 de Abril.

28. Mario ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa LAGO que foi julgada totalmente procedente. Na fase de liquidação de sentença, elaborada a conta e tornada líquida, o juiz abriu prazo para manifestação das partes. Neste caso, a empresa LAGO deverá apresentar impugnação fundamentada no prazo
- (A) comum de oito dias, ou seja, conjuntamente com Mário, já que se trata de hipótese de prazo comum a ambas as partes tipificado pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- (B) de dez dias após a manifestação de Mário, já que este prazo é sucessivo.
- (C) comum de cinco dias, ou seja, conjuntamente com Mário, já que se trata de hipótese de prazo comum a ambas as partes tipificado pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) comum de dez dias, ou seja, conjuntamente com Mário, já que se trata de hipótese de prazo comum a ambas as partes tipificado pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- (E) de dez dias contados do dia seguinte à publicação do mencionado despacho, já que, apesar de tratar-se de prazo sucessivo, na execução, a empresa executada se manifesta antes do exequente.

### Noções de Direito do Trabalho

29. Considere:
- I. O dia de descanso aos domingos, tendo em vista o labor regular durante a semana.
- II. Férias.
- III. Duas semanas de licença médica de empregada em razão de aborto espontâneo.
- IV. Suspensão disciplinar.
- Tratam-se de hipóteses de interrupção de contrato de trabalho as indicadas APENAS em
- (A) I e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.
30. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, em regra, a suspensão disciplinar do empregado por mais de trinta dias consecutivos
- (A) importa rescisão do contrato de trabalho com justa causa.
- (B) não importa rescisão do contrato de trabalho, tendo em vista o princípio da continuidade da relação de emprego.
- (C) não importa rescisão do contrato de trabalho, tendo em vista o Princípio da Proteção.
- (D) importa rescisão injusta do contrato de trabalho.
- (E) importa rescisão de contrato de trabalho com reconhecimento imediato de culpa recíproca entre as partes tipificada pela norma legal.
31. João, empregado da empresa X, recebeu diárias de viagem, tendo em vista a necessidade de visitar clientes em locais diversos. Considerando que as diárias de viagem recebidas ultrapassaram 60% do salário de João, neste caso, elas
- (A) integram o salário somente em 10% e enquanto durarem as viagens, tendo em vista que as diárias de viagem que não excedam 50% do salário percebido pelo empregado não se incluem nos salários.
- (B) não integram o salário de João, tendo em vista que as diárias de viagem não se incluem nos salários, independentemente do seu valor.
- (C) não integram o salário de João, tendo em vista que as diárias de viagem que não excedam 70% do salário percebido pelo empregado não se incluem nos salários.
- (D) integram o salário pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, enquanto durarem as viagens.
- (E) não integram o salário de João, tendo em vista que as diárias de viagem que não excedam 80% do salário percebido pelo empregado não se incluem nos salários.



32. Com relação às atividades insalubres e perigosas é correto afirmar:
- (A) O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional de pelo menos 20% do salário mínimo.
  - (B) O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional de no mínimo 20% do salário base do empregado.
  - (C) O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado o adicional de 20 a 25% sobre o salário base do empregado, variando de acordo com o grau do risco a que está exposto.
  - (D) O adicional de periculosidade constitui parcela de natureza nitidamente indenizatória tendo em vista remunerar trabalho prestado em condições de risco.
  - (E) A realização de perícia é obrigatória para a verificação de insalubridade; quando não for possível a sua realização, como no caso de fechamento da empresa, poderá o julgador utilizar-se de outros meios de prova.
33. Marta engravidou quando estava no curso de aviso prévio de seu contrato de trabalho concedido pela empregadora, a empresa COPA. Neste caso,
- (A) é vedada a sua dispensa desde a confirmação da gravidez até três meses após o parto.
  - (B) não haverá estabilidade de emprego.
  - (C) é vedada a sua dispensa desde a confirmação da gravidez até quatro meses após o parto.
  - (D) é vedada a sua dispensa desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
  - (E) é vedada a sua dispensa desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.
34. Considere as seguintes assertivas a respeito das Convenções e dos Acordos Coletivos de Trabalho:
- I. A ata da assembleia de empregadores que legitima a atuação da entidade sindical respectiva em favor de seus interessados deve registrar, obrigatoriamente, a pauta reivindicatória, produto da vontade expressa da categoria.
  - II. Aos contratos individuais de trabalho vigentes no ato da celebração da convenção ou posteriores aplicar-se-ão as cláusulas contidas na convenção.
  - III. O prazo de eficácia das normas coletivas é o que nelas se tenha previsto, possuindo o prazo limite de 2 anos, não podendo ser objeto de revogação total ou parcial ou de denúncia.
  - IV. As Convenções Coletivas de Trabalho não podem ser revistas, tendo em vista o princípio da segurança jurídica aplicado às normas de caráter coletivo.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) I, II e IV.
  - (C) I, II e III.
  - (D) I e III.
  - (E) II e III.
35. Com relação às férias, é certo que
- (A) a concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 45 dias. Desta participação o interessado dará recibo.
  - (B) o adicional por trabalho extraordinário não será computado no salário que servirá de base ao cálculo da remuneração das férias, em razão da natureza indenizatória deste adicional.
  - (C) somente em casos excepcionais serão concedidas em dois períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 dias corridos.
  - (D) após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho o empregado terá direito a férias de 18 dias corridos, quando houver tido de 6 a 14 faltas injustificadas.
  - (E) após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho o empregado terá direito a férias de 25 dias corridos, quando houver tido de 15 a 20 faltas injustificadas.
36. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, havendo concordância da autoridade administrativa do trabalho, quando ocorrer interrupção do trabalho resultante de causas acidentais, ou de força maior, que determinem a impossibilidade de sua realização, a duração do trabalho poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de
- (A) 4 horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 12 horas diárias, em período não superior a 30 dias por ano.
  - (B) 4 horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 12 horas diárias, em período não superior a 60 dias por ano.
  - (C) 2 horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10 horas diárias, em período não superior a 60 dias por ano.
  - (D) 2 horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10 horas diárias, em período não superior a 30 dias por ano.
  - (E) 2 horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10 horas diárias, em período não superior a 45 dias por ano.
- Noções de Direito Processual Civil**
37. Em uma ação ordinária movida contra pessoa jurídica de direito privado, o Juiz verificou que a procuração outorgada ao advogado que apresentou a contestação foi assinada por pessoa alheia ao quadro social da empresa e sem poderes para representá-la. Em vista disso, suspendeu o processo e determinou a intimação da ré pelo correio para sanar o defeito de representação no prazo de 30 dias. Não tendo sido cumprido esse despacho dentro do prazo fixado, o juiz deverá
- (A) extinguir o processo sem exame do mérito.
  - (B) declarar a ré revel.
  - (C) fixar novo prazo para a regularização da representação.
  - (D) determinar o prosseguimento do processo.
  - (E) decretar a nulidade do processo.



<p>38. Suspende-se o processo quando</p> <p>(A) o autor desistir da ação.</p> <p>(B) for oposta exceção de incompetência do juízo.</p> <p>(C) o juiz acolher alegação de perempção.</p> <p>(D) ocorrer confusão entre autor e réu.</p> <p>(E) a ação for considerada intransmissível por disposição legal.</p>	<p>43. A respeito dos recursos, é correto afirmar:</p> <p>(A) A parte poderá recorrer, mesmo se tiver aceitado expressa ou tacitamente a sentença ou decisão.</p> <p>(B) Nos embargos infringentes e nos embargos de divergência, o prazo para interpor e para responder é de 10 dias.</p> <p>(C) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.</p> <p>(D) A sentença só pode ser impugnada em sua totalidade, sendo inadmissível a impugnação parcial.</p> <p>(E) A insuficiência do valor do preparo implicará deserção, não sendo admitido em nenhuma hipótese que ocorra complementação.</p>
<p>39. A respeito da resposta do réu, considere:</p> <p>I. O réu poderá reconvir ao autor, no mesmo processo, toda vez que a reconvenção seja conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.</p> <p>II. Se o réu desistir da ação quanto a algum réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da intimação do despacho que deferir a desistência.</p> <p>III. O juiz não poderá indeferir a petição de exceção mesmo quando manifestamente improcedente.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) II e III.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e II.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Noções de Direito Constitucional</b></p> <p>44. No tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, é correto afirmar que</p> <p>(A) a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, independentemente do desenvolvimento tecnológico e econômico do País.</p> <p>(B) a prática do racismo constitui crime inafiançável e prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.</p> <p>(C) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de serem atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.</p> <p>(D) é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.</p> <p>(E) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas, depende de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento.</p>
<p>40. Em um procedimento ordinário em que figuram no polo passivo da demanda o réu como parte principal e um assistente não litisconsorcial regularmente admitido, o réu reconheceu a procedência do pedido, sem a concordância do assistente. Nesse caso,</p> <p>(A) o juiz designará audiência de conciliação entre a parte principal e o assistente.</p> <p>(B) o juiz condicionará o prosseguimento do processo contra o assistente à manifestação do autor nesse sentido.</p> <p>(C) o processo prosseguirá normalmente contra o assistente.</p> <p>(D) cessará a intervenção do assistente.</p> <p>(E) o reconhecimento da procedência do pedido será considerado nulo pela falta de concordância do assistente.</p>	<p>45. Sobre os direitos sociais, é correto afirmar:</p> <p>(A) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado.</p> <p>(B) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.</p> <p>(C) Compete ao sindicato definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.</p> <p>(D) A Constituição Federal estabelece distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual e entre os profissionais respectivos.</p> <p>(E) Há proibição de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de treze anos.</p>
<p>41. Intervindo no processo como fiscal da lei, o Ministério Público</p> <p>(A) poderá juntar documentos e certidões.</p> <p>(B) será intimado dos principais atos processuais, a critério do juiz.</p> <p>(C) não poderá requerer diligências necessárias ao descobrimento da verdade.</p> <p>(D) não poderá produzir prova em audiência.</p> <p>(E) terá vista dos autos antes das partes.</p>	
<p>42. Os atos processuais que devam ser cumpridos no exterior, em outra comarca ou por juiz subordinado a tribunal, serão requisitados, respectivamente, através de carta</p> <p>(A) rogatória, carta de ordem e carta precatória.</p> <p>(B) de ordem, carta rogatória e carta precatória.</p> <p>(C) rogatória, carta precatória e carta de ordem.</p> <p>(D) precatória, carta rogatória e carta de ordem.</p> <p>(E) de ordem, carta precatória e carta rogatória.</p>	



46. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e de suas entidades, exercida pelo Congresso Nacional e por parte de cada Poder NÃO abrange aspectos de
- (A) legitimidade.
  - (B) renúncia de receitas.
  - (C) economicidade.
  - (D) aplicação de subvenções.
  - (E) instituição de tributos.
47. O Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e os membros do Ministério Público da União que integram o Conselho Nacional de Justiça, serão indicados, respectivamente,
- (A) pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Procurador-Geral da República.
  - (B) pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Procurador-Geral do Trabalho.
  - (C) pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Procurador-Geral da República.
  - (D) pelos Tribunais Regionais do Trabalho e pelo Procurador-Geral do Trabalho.
  - (E) pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Procuradores-Gerais dos Estados.
48. No tocante aos Direitos Políticos, considere as seguintes assertivas:
- I. O alistamento eleitoral é obrigatório para o analfabeto.
  - II. O voto é obrigatório para o analfabeto.
  - III. Os conscritos não podem alistar-se como eleitores durante o período do serviço militar obrigatório.
  - IV. Os analfabetos são inelegíveis.
  - V. É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de dezoito anos para vereador.
- Está INCORRETO o que consta APENAS em
- (A) III, IV e V.
  - (B) I, II, III e V.
  - (C) I e II.
  - (D) I, III e IV.
  - (E) II, IV e V.
49. Nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade, a acusação feita contra o Presidente da República deverá ocorrer por parte de
- (A) dois terços da Câmara dos Deputados, em ambos os casos.
  - (B) metade do Congresso Nacional e metade do Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
  - (C) dois terços do Senado Federal, em ambos os casos.
  - (D) metade da Câmara dos Deputados e metade do Senado Federal, respectivamente.
  - (E) um terço do Supremo Tribunal Federal e um terço do Congresso Nacional, respectivamente.

**Noções de Direito Administrativo**

50. No tocante aos cargos, empregos e funções públicos, é INCORRETO afirmar:
- (A) Classe consiste no agrupamento de carreiras de mesma profissão, com idênticas atribuições, responsabilidades e vencimentos.
  - (B) O cargo de chefia pode ser de carreira ou isolado, de provimento efetivo ou em comissão, tudo dependendo da lei que o instituiu.
  - (C) Cargo em comissão é o que somente admite provimento em caráter provisório, sendo declarados em lei de livre nomeação e exoneração, destinando-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
  - (D) Todo cargo tem função, mas pode haver função sem cargo.
  - (E) Cargo isolado é aquele que não se escalona em classes, por ser o único na sua categoria.
51. No que concerne ao tema *dispensa e inexigibilidade de licitação*, é correto afirmar que
- (A) as situações de inexigibilidade devem ser justificadas e comunicadas, dentro de cinco dias, à autoridade superior para a respectiva ratificação e publicação na imprensa oficial.
  - (B) se comprovado superfaturamento, tanto na dispensa como na inexigibilidade, a responsabilidade pelo dano causado à Fazenda Pública será solidária entre o fornecedor ou o prestador do serviço e o agente público.
  - (C) é inexigível licitação na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.
  - (D) é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, sendo admitida tal modalidade de contratação direta para serviços de publicidade e divulgação.
  - (E) é inexigível licitação para contratação de profissional do setor artístico, não sendo necessário que seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
52. Analise as seguintes assertivas acerca dos princípios que regem as licitações:
- I. Se a Administração levar o procedimento licitatório a seu termo, a adjudicação só pode ser feita ao vencedor; entretanto, há direito subjetivo à adjudicação ainda que a Administração opte, com justa causa, pela revogação do procedimento.
  - II. A publicidade é a mais ampla possível na concorrência, em que o interesse maior da Administração é o de atrair maior número de licitantes, e se reduz ao mínimo no convite, em que o valor do contrato dispensa maior divulgação.
  - III. É princípio de toda licitação que seu julgamento se apóie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite.
  - IV. A vinculação ao instrumento convocatório significa que a Administração não pode descumprir normas e condições por ela estabelecidas no edital da licitação, sendo, portanto, dirigida apenas ao ente público.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e III.
  - (B) II, III e IV.
  - (C) I, II e IV.
  - (D) II e III.
  - (E) I e IV.



<p>53. Dentre os critérios a serem observados nos processos administrativos, expressamente previstos na Lei nº 9.784/1999, NÃO se inclui:</p> <p>(A) Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.</p> <p>(B) Atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei.</p> <p>(C) Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.</p> <p>(D) Garantia dos direitos à comunicação e à apresentação de alegações finais nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.</p> <p>(E) A vedação de impulsão de ofício do processo administrativo.</p>	<p><b>Noções de Administração Pública, Orçamento e Finanças</b></p> <p>56. No planejamento da administração pública brasileira, o PPA – Plano Plurianual</p> <p>(A) é o instrumento de gerenciamento orçamentário e financeiro, cuja principal finalidade é gerenciar o equilíbrio entre receitas e despesas públicas.</p> <p>(B) compreende o ingresso de recursos que se integram ao patrimônio público sem quaisquer reservas, condições ou correspondências no passivo.</p> <p>(C) tem a função de estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração para as despesas de capital e outras delas decorrentes, abrangendo um período de quatro anos.</p> <p>(D) estabelece os parâmetros necessários à alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a garantir a realização das metas e objetivos contemplados na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.</p> <p>(E) indica os rumos a serem seguidos e priorizados no decorrer do exercício financeiro.</p>
<p>54. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade, para cujo custeio o erário haja concorrido ou concorra com menos de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual,</p> <p>(A) estão sujeitos às penalidades da Lei de Improbidade Administrativa, exceto à de conteúdo patrimonial.</p> <p>(B) estão sujeitos às penalidades da Lei de Improbidade Administrativa, limitada, porém, a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.</p> <p>(C) estão sujeitos apenas à penalidade de natureza patrimonial, limitada à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.</p> <p>(D) não estão sujeitos às penalidades da Lei de Improbidade Administrativa.</p> <p>(E) estão sujeitos às penalidades da Lei de Improbidade Administrativa, sem limites quanto à sanção patrimonial.</p>	<p>57. Tratando-se da Lei nº 4.320/1964, as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manifestação de outras entidades de direito público ou privado, classificam-se como</p> <p>(A) transferências de capital.</p> <p>(B) inversões financeiras.</p> <p>(C) despesas de custeio.</p> <p>(D) transferências correntes.</p> <p>(E) subvenções econômicas.</p> <p>58. A administração pública brasileira, conforme o artigo 37 da Constituição Federal, obedece aos princípios da</p> <p>(A) moralidade, flexibilidade, participação cidadã, legalidade e impessoalidade.</p> <p>(B) transparência administrativa, moralidade, participação cidadã, eficiência e impessoalidade.</p> <p>(C) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p> <p>(D) legalidade, impessoalidade, continuidade, indisponibilidade e finalidade.</p> <p>(E) subsidiariedade, flexibilidade, participação cidadã, publicidade e eficiência.</p>
<p>55. Sobre a acumulação prevista na Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar:</p> <p>(A) A acumulação de cargos, sendo lícita, não fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.</p> <p>(B) É proibida a acumulação de dois cargos em comissão, mesmo que um deles seja cargo de confiança interino.</p> <p>(C) Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.</p> <p>(D) A proibição de acumular não se estende a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.</p> <p>(E) É permitida a acumulação de cargo em comissão com dois cargos efetivos cumuláveis, desde que haja compatibilidade de horários e autorização dos superiores hierárquicos do servidor.</p>	<p>59. O contrato administrativo pelo qual o Estado transfere ao particular a exploração de um serviço público é denominado</p> <p>(A) licitação.</p> <p>(B) concessão.</p> <p>(C) permissão.</p> <p>(D) agenciamento.</p> <p>(E) autorização.</p> <p>60. Autarquia e fundação governamental ou pública são entidades da administração pública</p> <p>(A) indireta.</p> <p>(B) licitante.</p> <p>(C) mista.</p> <p>(D) direta.</p> <p>(E) centralizada.</p>